



A CAÇA FANTASMA VEM AÍ!

FONSECA, A. A. M.

Antonio Angelo Martins da Fonseca¹

¹ Universidade Federal da Bahia, Departamento de Geografia, Salvador, Brasil. antonio.fonseca@ufba.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8369-0742>

Recebido: 19/02/2022; Aceito: 04/07/2022; Publicado: 12/07/2022

DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562022e42029>

A caça fantasma vem aí!

Quando eu vi pela primeira vez este artigo de Iná de Castro sobre a geografia política, me veio à mente que se tratava de mais um texto repetitivo e cansativo sobre o tema, uma espécie de “mais do menos”, como se diz na expressão da moda. Felizmente, a referida autora não se insere neste “mais do menos”, pelo contrário, basta acompanhar as suas publicações ao longo da sua trajetória acadêmica para se certificar do seu enorme rigor crítico e densidade teórico-conceitual e metodológica no campo da geografia política. E o artigo **Geografia política: o que é afinal e para que serve**, segue nestas mesmas tendências, apesar de ser um texto *de e para* o debate geográfico.

Dividido em quatro partes, mais a introdução e a conclusão, o referido texto é instigante, provocativo, propositivo e necessário. Dificilmente agradará a todos os geógrafos devido aos posicionamentos críticos, claros e contundentes da autora, sobretudo em relação à manutenção excessiva do *viés* economicista e estruturalista que ainda perdura na geografia política e que ajuda a escamotear o significado e a importância da relação entre política e território.

Ao desvelar os fantasmas (a dificuldade em aceitar o papel central do jogo de interesses políticos divergentes envolvendo grupos divergentes e instituições organizados no território, como é o caso do Estado-nação, na resolução de conflitos) e “fantasminhas” (falta de clareza sobre o significado de política, “amplitude” do campo da geografia política, confusa indiferenciação semântica entre os termos geografia política e geopolítica e suas consequências nas análises, insuficiência das abordagens marxista e liberal no trato das relações envolvendo política e espaço), a autora empreende uma *caçada* apontando instrumentos para exorcizá-los e adotando como ponto de partida, uma

Revista Espaço & Geografia, v. 25, no. 1, 2022.

<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/index>

FONSECA, A. A. M.

dimensão institucional da política na qual arranjos institucionais são construídos como expressão material da busca pela resolução de conflitos de interesses no território.

A escolha pelos instrumentos da caça da autora é, no meu entendimento, a parte mais expressiva, contundente e polêmica do texto. Ao mesmo tempo, revela seu amadurecimento acadêmico e coragem ao trazer à tona escolhas que deixam qualquer fantasma muito inquieto. Mas, quem tem medo não vai à caça! Os instrumentos envolvem de um lado, a maior valorização do diálogo com a ciência política, e de outro, a importância da reflexão sobre o Estado Territorial para a compreensão da política, mesmo nos dias atuais, diante do espraiamento de fenômenos pelo planeta que podem “borrar” as fronteiras, como as mudanças climáticas, a pandemia, a globalização econômica, o narcotráfico, os novos movimentos sociais internacionais... Esses novos desafios enfrentados pelo Estado são reais, porém não significam uma ruptura com o Tratado Westfaliano de 1648 que estabeleceu pressupostos do sistema estatal moderno, mas o acirramento do “campo de forças” envolvendo circulação e iconografia.

Junta-se a estes instrumentos de caça, a melhor delimitação entre geografia política e geopolítica, entendendo esta última como um campo da geografia política comprometida com abordagens sobre o Estado no contexto interestatal, além das fronteiras; e a eliminação do excesso de ênfase na economia política marxista que reduz o potencial explicativo da política. Ou seja, é fundamental superar as “igrejinhas” de pensamento que podem dificultar o diálogo e limitar o desenvolvimento da disciplina, mas sem excesso de pluralismo. Como diz o ditado popular, muito utilizado por minha mãe: nem tanto, nem tão pouco!

Finalmente, os instrumentos de caça da autora são completados com a incorporação de dois importantes temas na agenda de estudos e pesquisas da geografia política: a democracia e o populismo. Mesmo que estes dois temas possam plasmar outras temáticas, também me parece fundamental, no contexto da necessária renovação teórico conceitual da disciplina, a inserção da discussão sobre justiça espacial/territorial, trazendo à tona a sua diversidade de

FONSECA, A. A. M.

abordagens e os seus possíveis fundamentos institucionais e espaciais/territoriais. Pesquisas envolvendo governança, distribuição espacial de bens e serviços, equidade territorial, desigualdade... podem ser enriquecidas com a inserção da abordagem da justiça.

Mesmo assim, ainda há muita resistência de geógrafos políticos em relação aos estudos e pesquisas sobre justiça espacial/territorial. Vejo esta resistência como um “fantasminha” a mais no rol dos demais elencados por Iná de Castro. E, assim como os outros, também precisa ser exorcizado.